

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO SOB A ÓTICA DA GESTÃO FISCAL: UMA ANÁLISE MULTIVARIADA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Julio Carlos da Silva^{a, b, 1}, Alexander Cambraia Nascimento Vaz^{a, c, d}

^a Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP)

^b Secretaria Municipal de Fazenda de Cuiabá-MT

^c Policy Centre For Inclusive Growth (IPC-IG/UNDP)

^d Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

INFORMAÇÕES

Palavras-chave:

Gestão Fiscal;
Desenvolvimento Socioeconômico;
Município;
Indicadores.

RESUMO

A administração pública alberga os mecanismos de gestão dos recursos estatais para que sejam aplicados de forma efetiva e eficiente, que norteados por meio de ações governamentais destinam-se à promoção do desenvolvimento socioeconômico, finalidade maior do Estado. Neste diapasão, o presente estudo teve por objetivo principal investigar possível associação entre o desenvolvimento socioeconômico local e a gestão fiscal municipal. Desafiou-se a hipótese de que o desenvolvimento socioeconômico local associa-se, em algum nível, à gestão fiscal municipal. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa com dados secundários dos 5.569 municípios brasileiros, referente ao ano de 2016. Utilizou-se estatística multivariada (regressão múltipla) e bivariada (correlação de Spearman) por meio de indicadores da gestão fiscal municipal e de desenvolvimento socioeconômico local - IFDM. No que se refere aos resultados da regressão múltipla atenderam aos pressupostos de qualidade do ajuste as variáveis de gestão fiscal representativas dos gastos com educação e saúde, gasto com pessoal, liquidez, endividamento e investimento que em conjunto aferiram um coeficiente de determinação ajustado na ordem de 30,72%. Desta forma, conclui-se que o desenvolvimento local associa-se de forma moderada com a gestão fiscal nos municípios analisados.

Keywords:

Fiscal Management;
Socioeconomic Development;
County;
Indicators.

ABSTRACT

The public administration has the mechanisms for the management of state resources so that they are applied effectively and efficiently, which guided through government actions are intended to promote socioeconomic development, the main purpose of the State. In this scenario, the main objective of this study was to investigate a possible association between local socioeconomic development and municipal fiscal management. The hypothesis that local socioeconomic development is associated, at some level, with municipal fiscal management, was raised. Therefore, a descriptive, documentary and quantitative research was developed with secondary data from 5,569 Brazilian municipalities, referring to the year 2016. Multivariate (multiple regression) and bivariate (Spearman correlation) statistics were used through indicators of municipal fiscal management and local socioeconomic development - IFDM. Regarding the results of the multiple regression, the fiscal management variables representing expenditure on education and health, personnel, liquidity, indebtedness and investment, which together measured an adjusted coefficient of determination in the order of 30.72%. Thus, it is concluded that local development is moderately associated with fiscal management in the analyzed municipalities.

¹ juliofraterno@gmail.com

1. Introdução

A transformação da sociedade contemporânea exige do aparelho estatal ajustes e calibrações para reprogramar a máquina pública com novos padrões e exigências. No Brasil esse movimento se tornou explícito com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, ao reformar o pacto federativo, outorgou aos municípios a mesma autonomia administrativa, política e financeira dos demais entes da federação. Esse novo paradigma constitucional buscou alcançar um desenvolvimento econômico e social geograficamente equânime e institucionalizou nas veias mestras da nação o estado de bem-estar social (Cajazeira; Jorge, 2015).

Nesse contexto de aprimoramento do aparelho estatal, principalmente na gestão e alocação dos recursos públicos, é regulamentado no fim dos anos 90 o Plano Plurianual (PPA), previsto no art. 165 da Constituição Federal, e aprovada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas legislações, juntamente com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), tornaram-se marcos basilares da gestão fiscal e do planejamento e do investimento público no Brasil (Oliveira, 2010).

Sendo assim, passadas mais de duas décadas da aprovação da LRF e mais de três dezenas de anos da Carta Cidadã, é relevante compreender o contexto atual da gestão fiscal municipal e do bem-estar local, bem como se há algum grau de associação entre esses construtos. Nesta seara, o presente trabalho tem como tema o desenvolvimento socioeconômico local sob a ótica de indicadores da gestão fiscal municipal.

Neste sentido, o problema proposto nesta pesquisa trata-se de averiguar qual o grau de associação - acaso existente - entre o desenvolvimento socioeconômico local e a gestão fiscal dos municípios brasileiros?

Partindo dessa problemática, a hipótese desafiada é a de que o desenvolvimento socioeconômico local se associa, em algum nível, com a gestão fiscal municipal. Esta

suposição se fundamenta no contexto de que uma administração pública responsável na gestão de suas finanças pode favorecer o progresso social e econômico especialmente no tocante à educação, à saúde, ao emprego e à renda; sem ignorar que outros fatores para além da gestão das contas estatais contribuem para o desenvolvimento socioeconômico.

O objetivo geral trata-se de investigar a associação do desenvolvimento socioeconômico local em relação à gestão fiscal municipal.

Para tal propósito, o presente trabalho estrutura-se em quatro seções, além desta introdução. A segunda aborda o referencial teórico permeando as literaturas relevantes sobre o tema para esta pesquisa. A terceira seção apresenta o método científico empregado na pesquisa. Em seguida, a quarta aborda os resultados da pesquisa resultantes da aplicação de testes estatísticos. Por fim, a última seção traz a conclusão do estudo e seus achados demonstrando se os objetivos propostos foram atingidos.

2. Referencial teórico

Biderman e Arvate (2004) afirmam que o aparelho estatal tem por missão a gestão dos recursos públicos de forma a expandir o bem-estar da sociedade. Essa alocação deve ocorrer de forma otimizada, uma vez que tais recursos são finitos e escassos. Assim, parte da literatura e a legislação fiscal enfatizam que uma gestão fiscal responsável no cumprimento de limites legais e que investe em políticas sociais está associada ao progresso socioeconômico principalmente nas dimensões educação, saúde, emprego e renda (Cruz & Afonso, 2018; Sousa, Lima, Nascimento, Peter, Machado & de Oliveira Gomes, 2013).

No entanto, alguns autores enfatizam que os líderes municipais se veem diante de um paradoxo: se por um lado a LRF exige controle rígido das despesas; por outro se deparam com objetivos constitucionais que levam ao aumento de gastos na maioria vinculados às áreas sociais para promoção do bem-estar

coletivo. Uma vez que, cabe ressaltar que sob a ótica do cidadão não basta somente a responsabilidade nos gastos públicos mas também que se traduza em resultados com geração de valor público em forma de bem-estar social (Cajazeira; Jorge, 2015; Martins; Marini, 2014).

Para além da questão do controle fiscal e dos encargos sociais que a Carta Cidadã de 1988 impôs aos entes locais, ressalta-se importante ponto que é a autonomia financeira necessária para consecução dos serviços públicos. Nesse diapasão, em que pese a Constituição Federal de 1988 ter conferido autonomia para os entes locais, Antinarelli (2012) tece críticas ao modelo atual no tocante à elevada dependência financeira dos municípios em relação aos demais entes federativos, de forma que a autonomia prometida e outorgada pela Carta Magna seja apenas simbólica; uma vez que a auto-organização administrativa e política necessita de recursos para financiar as atividades municipais sob prejuízo de criar uma dependência dos entes locais em relação aos demais governos e assim perde-se a essência da descentralização instituída pela CF/88, que é permitir que a sociedade local participe de forma efetiva da gestão pública.

Estas constatações estão em linha com vários estudos empíricos sobre o tema, uma vez que os resultados das pesquisas realizadas ora sugerem uma associação entre gestão fiscal e desenvolvimento socioeconômico, ora não identificam dependência entre suas variáveis. Logo, esta pesquisa contribui no aprofundamento literário sobre as variáveis desses construtos e suas relações acaso existentes.

Na linha destes estudos que sugerem alguma associação, Leite Filho e Fialho (2015), ao analisar a relação entre indicadores de gestão fiscal e de desenvolvimento nos municípios brasileiros, constataram estatisticamente que o bem-estar social (IFDM) foi explicado em 33,75% pelo conjunto das variáveis da gestão fiscal (IFGF) juntamente com o PIB per capita municipal.

No mesmo sentido, Sousa et al. (2013), ao investigar a associação entre o desenvolvimento dos municípios brasileiros e o cumprimento das determinações da LRF observou, a partir de uma amostra de 373 municípios, identificou uma relação positiva entre os pilares da responsabilidade fiscal e o desenvolvimento municipal.

Por sua vez, Cajazeira e Jorge (2015) em uma análise da relação entre o Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) nos municípios sergipanos no período de 2007 a 2010 constataram um sinal de fraca intensidade, ou seja, o estudo indicou que uma gestão fiscal responsável não tem impacto forte no desenvolvimento local (Firjan, 2018, 2019).

Silva e Crisóstomo (2019), ao analisarem a influência da gestão fiscal e da eficiência da gestão pública no progresso socioeconômico dos municípios cearenses no período de 2007 a 2013, concluíram que há uma associação positiva entre esses construtos.

Nesta mesma linha, o estudo de Abreu, Gomes, Ribeiro, Matias-Pereira & de Souza (2019) analisou se variáveis da gestão fiscal juntamente com da participação política explicam em alguma medida o desenvolvimento social dos municípios. Os resultados da pesquisa constataram uma significância estatística entre esses elementos. Segundo Abreu et al. (2019, p. 83) “instituições participativas politicamente e responsáveis do ponto de vista fiscal, além de melhorar a qualidade democrática, apresentam um círculo virtuoso buscando a redução da pobreza, rumo ao desenvolvimento social”.

Pelo lado dos gastos orçamentários e sua influência no desenvolvimento municipal, Amurim (2013, p. 101) por meio de técnicas estatísticas e com variáveis relacionadas à economia e ao gasto social identificou que “a explicação para os municípios que possuem melhores IFDM deve-se também a outros fatores e não só aos gastos públicos e à variação da renda”.

Ainda na ótica dos gastos aplicados a políticas públicas, o estudo de Sousa (2014, p. 124) constatou que as estruturas do gasto público a partir das diretrizes sociais esposadas pela CF/88 tiveram associação positiva com os índices de desenvolvimento humano, “entretanto, o tamanho do efeito para as diversas estruturas de gasto é considerado pequeno frente à magnitude das alterações na composição dos gastos”.

A pesquisa de Louzano, Abrantes, Ferreira & Zuccolotto (2019, p. 622), por meio dos resultados do modelo estatístico aplicado nos municípios brasileiros, concluiu que “nem sempre a gestão fiscal eficiente sinaliza o uso adequado dos recursos públicos para promover o desenvolvimento [...] desenvolvimento socioeconômico precede à gestão fiscal”.

Rezende, Slomski e Corrar (2005), ao analisarem a relação das políticas públicas por meio dos investimentos dos governos locais e o impacto no desenvolvimento dos municípios do Estado de São Paulo por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), concluíram que nem sempre municípios que investem mais têm os melhores índices de desenvolvimento humano.

Passos, Gonçalves, Ribeiro, & Mori (2018), ao analisarem a relação entre o desempenho da gestão fiscal, através do IFGF da Federação Das Indústrias Do Estado Do Rio De Janeiro (Firjan)

(2019) e o desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Rio de Janeiro entre 2006 a 2013, concluíram que, apesar de existir algum impacto positivo, o panorama dos fatores que influenciam o desenvolvimento local é mais complexo do que os indicadores de gestão fiscal foram capazes de representar.

Diante do exposto, resta evidenciado por meio da literatura supracitada que não há consenso nos resultados das pesquisas quanto à dependência do desenvolvimento local das variáveis de gestão fiscal.

3. Metodologia

Para investigar a possível associação do desenvolvimento socioeconômico local em relação à gestão e alocação dos recursos públicos (gestão fiscal) esta pesquisa utilizou técnicas e modelos estatísticos para a confirmação ou refutação da hipótese deste estudo em linha com os principais métodos quantitativos utilizados em pesquisas anteriores sobre o tema. Para tanto, adotou-se algumas variáveis representativas dos construtos da gestão fiscal e do desenvolvimento socioeconômico municipal.

As variáveis independentes (gestão fiscal municipal) estão representadas no quadro abaixo:

Quadro 1. Síntese das dimensões da gestão fiscal municipal

Dimensão	Representação	Fórmula	Fonte	Relação Esperada
Suficiência Financeira	GF_{sufin}	Receitas Totais - Custo com a Estrutura Administrativa / RCL	adaptado da Firjan (2019)	Positiva
Liquidez	GF_{liq}	RP/CX	STN (2017).	Negativa
Gasto com Pessoal	GF_{gpes}	DTP/RCL	Brasil (2000); Firjan (2019)	Negativa
Investimentos	GF_{invest}	Investimentos/RCL	Firjan (2017a)	Positiva

Endividamento	<i>GF_endiv</i>	DCL / RCL	Brasil (2000)	Negativa
Dependência Fiscal	<i>GF_defisc</i>	RTransf/Receita Corrente	Matias e Campello (2000)	Negativa
Esforço Tributário Próprio	<i>GF_esfort</i>	Rtrib/Receita Corrente	Matias e Campello (2000)	Positiva
Gastos Sociais	<i>GF_deduc/ha</i> <i>b</i>	Deduc/População do Município	Adaptado de Amurim (2013)	Positiva
	<i>GF_dsaud/ha</i> <i>b</i>	Dsaud/População do Município		

Fonte: Elaboração própria.

No tocante à mensuração do desenvolvimento local (variável dependente), o índice de desenvolvimento local da Firjan (2018) é referência para o acompanhamento do progresso econômico e social dos municípios brasileiros e utilizado em vários estudos sobre a temática, entre eles podemos citar as pesquisas de Abreu et al. (2017), Amurim (2013), Leite Filho e Fialho (2015), entre outros.

O IFDM monitora três dimensões: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Utiliza exclusivamente estatísticas públicas oficiais e cada indicador possui igual ponderação. Segue abaixo o resumo dos indicadores que compõem o IFDM:

Quadro 2. Síntese dos indicadores de cada dimensão do IFDM

IFDM		
Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> - Geração de emprego formal; - Taxa de formalização do mercado de trabalho; - Geração de renda; - Massa salarial real no mercado de trabalho formal; - Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento à educação infantil; - Abandono no ensino fundamental; - Distorção idade-série no ensino fundamental; - Docentes com ensino superior no ensino fundamental; - Média de horas aula diárias no ensino fundamental; - Resultado do IDEB no ensino fundamental. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proporção de atendimento adequado de pré-natal; - Óbitos por causas mal definidas; - Óbitos infantis por causas evitáveis; - Internação sensível à atenção básica (ISAB).

Fonte: Firjan (2018).

O índice varia de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento econômico e social

da localidade). Ele é categorizado em 4 conceitos, conforme ilustra Tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Conceitos Firjan do desenvolvimento socioeconômico local

Baixo	Regular	Moderado	Alto
Inferior a 0,4	Entre 0,4 e 0,6	Entre 0,6 e 0,8	Superior a 0,8

Fonte: Firjan (2018)

Quanto aos objetivos este estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, documental e de abordagem quantitativa. Neste sentido, a presente pesquisa se vale de dados secundários posto que extraídos de bases já elaboradas por órgãos oficiais ou entidades privadas.

Quanto ao aspecto temporal, os dados das variáveis em análise se referem ao ano de 2016 por ser o último ano-base do índice de desenvolvimento da Firjan (2018) - IFDM - disponível no momento de coleta dos dados

desta pesquisa. Para fins de coerência, os dados que compõem as variáveis da gestão fiscal abrangem também o ano de 2016, ou seja, as variáveis de ambos construtos - desenvolvimento local e gestão fiscal municipal - referem-se ao mesmo exercício.

A população do estudo é composta pelos 5569 municípios brasileiros, de acordo com a base do IBGE (2016).

No que diz respeito aos critérios de confiabilidade, os dados referentes aos indicadores de desenvolvimento local e das

variáveis do construto da gestão fiscal foram coletados de forma autêntica, sem alterações da base de dados da Firjan (2018) e da Secretaria do

Tesouro Nacional (STN), conforme sintetiza o quadro abaixo:

Quadro 3. Base de dados e repositórios utilizados para as variáveis da pesquisa

Instituição	Repositório	Variáveis
Firjan	www.firjan.com.br/ifdm/	IFDM
SICONFI/STN	www.siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/	Suficiência Financeira
		Liquidez
		Gasto de Pessoal
		Investimentos
		Endividamento
		Dependência Fiscal
		Esforço Tributário Próprio
		Gastos Sociais

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados estão descritos na próxima seção e estruturados em 3 análises distintas, denominadas de univariada (estatística descritiva), bivariada (coeficiente de correlação) e multivariada (regressão linear múltipla).

Para a análise dos dados da pesquisa foram utilizados os softwares R e Excel, versão 2013.

4. Resultados e discussão

A Tabela 2 sintetiza a estatística descritiva da variável resposta para a totalidade de municípios do Brasil de acordo com os indicadores do IFDM e refere-se ao ano-base de 2016.

Tabela 2. Estatística descritiva nacional do IFDM

Variável	n	Min. - Máx.	1ºQ - 3ºQ	Média	Mediana	DP
IFDM Geral	5470	0,32 - 0,90	0,60 - 0,74	0,67	0,67	0,096
IFDM-Emprego & Renda	5473	0,16 - 0,85	0,39 - 0,54	0,47	0,46	0,119
IFDM-Educação	5561	0,38 - 1,00	0,69 - 0,86	0,77	0,78	0,114
IFDM-Saúde	5564	0,18 - 1,00	0,69 - 0,86	0,77	0,79	0,133

Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, observa-se que a média do IFDM Geral dos municípios brasileiros em 2016 foi de 0,67, ou seja, encontra-se na faixa de desenvolvimento moderado (entre 0,6 e 0,8), colocando-se mais próximo do limite inferior. Essa posição mais próxima do conceito de desenvolvimento regular se deve principalmente ao IFDM-Emprego & Renda que foi de 0,47 (conceito - desenvolvimento regular) e influenciou para baixo a média geral, uma vez que as dimensões “educação” e “saúde” tiveram a mesma média (0,77) e perceptivelmente mais próximo do conceito “alto desenvolvimento”.

Conforme evidencia a Tabela 3 abaixo, menos de 8% dos municípios brasileiros estão dentro do conceito “alto desenvolvimento”. Os municípios do Sul são os que possuem melhores níveis de progresso socioeconômico, segundo os dados mais de 98% dos entes locais da região enquadram-se em alto ou moderado desenvolvimento.

Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste têm aproximadamente 50% dos seus

municípios com desenvolvimento baixo ou regular, além de que as cidades dessas duas regiões compõem mais de 87% do total de municípios classificados como baixo ou regular. A região Sudeste tem perfil próximo ao identificado no Sul, com grande parcela situando-se nos conceitos “alto desenvolvimento” e “desenvolvimento moderado”.

O Centro-Oeste passou a figurar perfil de desenvolvimento alinhado ao Sul-Sudeste, uma vez que mais de 90% dos municípios estão na faixa de desenvolvimento moderado e alto. Da tabela abaixo também resta claro que a maioria dos municípios brasileiros (67%) estão na faixa de desenvolvimento moderado e dos 431 municípios classificados com alto nível de desenvolvimento, apenas 5 estão localizados no Norte e Nordeste - sendo 4 nesta e 1 naquela região.

Tabela 3. Distribuição regional dos conceitos do IFDM Geral

Conceitos	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	TOTAL
Baixo (< 0,4)	0 (0%)	6 (0,33%)	5 (1,1%)	0 (0%)	0 (0%)	11 (0,20%)
Regular (0,4 - 0,6)	35 (7,6%)	866 (48,3%)	257 (57%)	117 (7%)	14 (1%)	1289 (23%)
Médio (0,6 - 0,8)	395 (84,7%)	866 (48,3%)	172 (38,2%)	1320 (79%)	986 (83%)	3739 (67%)
Alto (>0,8)	29 (6,2%)	4 (0,22%)	1 (0,22%)	218 (13,1%)	179 (15%)	431 (7,7%)
NDs (missings)	7 (1,50%)	52 (2,9%)	15 (3,3%)	13 (0,8%)	12 (1%)	99 (1,8%)
Total	466 (8,4%)	1794 (32,2%)	450 (8%)	1668 (30%)	1191 (21,4%)	5569

Fonte: Firjan (2018).

Sendo assim, a análise descritiva supratranscrita reforça a disparidade regional do progresso socioeconômico e que o desenvolvimento moderado é o conceito de mais de 60% das cidades brasileiras, sendo que o alto desenvolvimento é uma realidade minoritária dos municípios, apenas 7,7% das localidades alcançaram esse patamar (Firjan, 2018).

A Tabela 4 traz os resultados da análise descritiva das variáveis explicativas, a saber: suficiência financeira, liquidez, gasto com pessoal, investimento, endividamento, dependência fiscal, esforço tributário próprio, despesa com educação por habitante e despesa com saúde por habitante; respectivamente:

Tabela 4. Estatística descritiva nacional das variáveis de gestão fiscal municipal

Variável	n	Min. - Máx.	1ºQ - 3ºQ	Média	Mediana	DP
GF_suфин	3413	-0,10-3,99	0,85-0,98	0,91	0,91	0,130
GF_liq	5418	0-302,1	0,12-0,71	0,77	0,32	5,561
GF_gpes	2299	0,02-1,01	0,47-0,55	0,52	0,51	0,074
GF_invest	3371	0-0,57	0,03-0,09	0,07	0,06	0,053
GF_endiv	2161	-1,14 - 5,77	-0,06-0,20	0,10	0,03	0,332
GF_defisc	3428	0,3-0,99	0,8-0,94	0,85	0,88	0,110
GF_esfort	3429	0-0,52	0,03-0,1	0,07	0,05	0,067
GF_deduc/hab	5404	2,95-5.957,29	661,11-1.011,41	868,98	819,72	324,310
GF_dsaud/hab	5399	8,72-4.013,21	486,72-826,39	695,2	617,19	315,269

Fonte: Elaboração própria.

A primeira variável trata-se da suficiência financeira (GF_suфин) que indicou que a média dos municípios na “GF_suфин” é de 0,91, ou seja, após as deduções dos custos administrativos com a máquina pública do executivo e legislativo municipal a receita livre desses gastos per fez 91% da Receita Corrente Líquida.

A variável que mensurou a liquidez por meio da razão entre os restos a pagar e o caixa do município foi a “GF_liq”. Esse indicador demonstrou que em média as cidades analisadas têm 77% do seu caixa comprometido com os restos a pagar, já a mediana indicou que metade dos municípios tiveram seu caixa comprometido em um percentual abaixo de 32%. Pela análise dos quartis, 25% das prefeituras apresentaram menos de 12% do seu caixa afetado pelos restos a pagar. Outro achado nos dados dessa variável evidenciou que dos 5518 municípios analisados, 896 (16,23%) tiveram mais de 100% do seu caixa comprometido, ou seja, em situação de insolvência.

Na análise descritiva da “GF_gpes”, a média dos municípios brasileiros ficou em 0,52, ou seja, em média o ente local gastou 52% da sua RCL em despesas com pessoal, em que pese estar abaixo do limite máximo de 54%

estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal essa média está acima do limite prudencial de 51,30% estabelecido no parágrafo único, do art. 22 da LRF. A mediana de 51% expôs que mais da metade das unidades pesquisadas ficaram acima do limite de alerta que é de 48,6%. Os quartis evidenciaram que mais de 25% infringiram o limite máximo da legislação fiscal.

A variável investimento foi calculada pela razão entre as despesas com investimento e RCL. Essa dimensão é de suma importância para a gestão fiscal e para a sociedade como um todo, pois segundo Matias e Campello (2000) ela tem relação direta com o desenvolvimento municipal. Nesse sentido, observa-se que a média do percentual da Receita Corrente Líquida destinada aos investimentos situou-se na casa dos 7%. O primeiro quartil evidenciou que 25% dos municípios analisados destinaram no máximo 3% da sua RCL para fins de investimento e metade (mediana) investe menos de 6%, já os quartis indicaram que somente 25% investem mais de 9%, além dos valores mínimo e máximo apontarem desde município que não investiu nada até prefeitura que aplicou 57% da RCL nesta despesa.

Em termos gerais, o cenário desfavorável dos investimentos pode ser em parte explicado

pela variável “GF_gpes” (gasto com pessoal) que identificou um alto grau de comprometimento das receitas municipais com a folha de pagamento das prefeituras e assim resultou em menos espaço financeiro para investimentos públicos (Firjan, 2019).

No tocante à dimensão da gestão fiscal que analisa o endividamento (GF_endiv), a LRF estabeleceu o indicador da Dívida Consolidada Líquida (DCL), cuja fórmula é dada pela relação DCL versus RCL. Neste sentido, o inciso I do art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal em conjunto com a Resolução do Senado Federal nº 40/2001 estabeleceram que a DCL deve ser menor ou igual a 120% da RCL.

Para além dos dados dos indicadores financeiros supratranscritos dos municípios, esta pesquisa trouxe duas dimensões que trazem uma fotografia nacional da independência fiscal dos governos locais em relação aos recursos tributários dos governos regionais e federal. Essas variáveis são representadas neste trabalho, respectivamente, por: GF_defisc (dependência fiscal) e GF_esfort (esforço tributário).

Os quartis e a mediana evidenciaram a reduzida autonomia financeira dos entes locais ao demonstrar que 75% dos municípios analisados tiveram mais de 80% da sua receita corrente oriunda das transferências constitucionais, assim como de cada 4

prefeituras 3 têm 10% ou menos da sua receita originada do esforço tributário próprio.

Quanto aos gastos sociais, na estatística descritiva dos dados dessas variáveis obteve-se uma média na “GF_deduc/hab” (educação) na ordem de R\$ 868,98, ou seja, em média é o que os municípios gastam em despesa com ensino por habitante; por outro lado, na “GF_dsaud/hab” (saúde) essa média é de R\$ 695,20.

Os valores mínimos e máximos expõem a desigualdade nessa área, enquanto os números apresentaram cidade com gasto per capita em educação na ordem de R\$ 5.597,29 também evidenciaram municípios em que essa relação foi de R\$ 2,95.

Pelo prisma regional, os achados da pesquisa indicam que Nordeste investiu, em média, a maior quantia per capita em educação (R\$ 919,66), entretanto tem a segunda pior média no IFDM-Educação (0,67); por outro lado o Sudeste aportou a menor quantia por habitante (R\$ 814,48) e tem o melhor índice na dimensão do ensino (0,86).

Já pelo lado da saúde os dados da tabela abaixo trouxeram uma análise mais lógica, ou seja, o IFDM-Saúde quando comparado com o gasto por habitante na saúde (GF_dsaud/hab) evidenciou que as regiões com as menores despesas (Norte e Nordeste) também têm os piores resultados no respectivo índice de desenvolvimento.

Tabela 5. Médias das variáveis em âmbito regional e nacional

Variável	CO		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Nacional	
	n	Média	n	Média	n	Média	n	Média	n	Média	n	Média
IFDM Geral	461	0,70	1742	0,60	435	0,57	1655	0,71	1179	0,74	5470	0,67
IFDM Emp. & Renda	461	0,52	1742	0,41	435	0,41	1655	0,48	1182	0,53	5473	0,47
IFDM Educação	465	0,80	1794	0,67	449	0,65	1668	0,86	1185	0,82	5561	0,77
IFDM Saúde	465	0,77	1794	0,70	449	0,66	1668	0,80	1188	0,86	5564	0,77
GF_sufin	195	0,92	957	0,89	109	0,91	1122	0,91	1030	0,94	3413	0,91
GF_liq	456	0,39	1718	0,81	399	1,71	1656	0,83	1190	0,44	5418	0,77
GF_gpes	182	0,50	857	0,55	106	0,55	760	0,49	393	0,49	2299	0,52
GF_invest	280	0,07	885	0,06	106	0,08	1086	0,06	1014	0,08	3371	0,07
GF_endiv	175	0,44	780	0,24	92	0,0045	728	0,05	386	-2,35	2161	0,10
GF_defisc	196	0,82	965	0,91	109	0,88	1128	0,83	1030	0,83	3428	0,85
GF_esfort	196	0,09	966	0,04	109	0,06	1128	0,09	1030	0,08	3429	0,07
GF_deduc/hab	457	888,40	1702	919,66	398	890,46	1658	814,48	1189	857,79	5404	868,98
GF_dsaud/hab	454	838,75	1702	535,70	396	516,35	1658	767,74	1189	827,10	5399	695,20

Fonte: Elaboração própria.

Partindo para análise bivariada, o teste de correlação que se utilizou nesta pesquisa foi o de Spearman, em função da aplicação dos testes de normalidade Shapiro-Wilk e Anderson-Darling, cujos resultados apontaram que os dados da pesquisa não aderem à distribuição normal.

Este trabalho adotou o nível de significância de 5% (p-valor <0,05). Desta forma, para os testes de significâncias que

apresentaram valores menores que 0,05 a hipótese nula foi rejeitada em favor da hipótese alternativa, ou seja, os resultados indicaram que existe uma relação entre os fenômenos investigados.

Seguem abaixo os resultados do coeficiente de correlação de Spearman (ρ) e dos testes de normalidade (Shapiro-Wilk e Anderson-Darling) e o p-valor:

Tabela 6. Correlações entre as variáveis explicativas e o IFDM Geral

Variável	Shapiro-Wilk ²	Anderson-Darling	p-valor	ρ (rho)
GF_sufin	<0,001	<0,001	<0,001	0,25
GF_liq	N.A	<0,001	<0,001	0,05
GF_gpes	<0,001	<0,001	<0,001	-0,37
GF_invest	<0,001	<0,001	<0,001	0,08
GF_endiv	<0,001	<0,001	<0,001	-0,19
GF_defisc	<0,001	<0,001	<0,001	-0,6
GF_esfort	<0,001	<0,001	<0,001	0,6
GF_deduc/hab	N.A	<0,001	0,004	-0,04
GF_dsaud/hab	N.A	<0,001	<0,001	0,48

Fonte: Elaboração própria.

O resultado dos testes de correlação acima evidenciados entre as variáveis explicativas e o IFDM Geral identificou significância estatística em todas as variáveis e o coeficiente de Spearman apresentou magnitudes alta, moderada e baixa a depender da variável conforme resultados da Tabela 6.

No terceiro movimento desta análise foi aplicado um modelo de regressão múltipla (Hair, Black, Babin, Anderson, & Tatham, 2009) para medir o impacto sobre as variáveis preditoras sobre o IFDM Geral.

Nesta análise, optou-se pela abordagem *all regressions* (ajusta todas as combinações de modelos possíveis entre as variáveis independentes). Ela permite a inclusão de todas as variáveis, para examinar a contribuição de cada variável independente para o modelo de regressão (Hair et al., 2009).

O modelo² que atendeu todos os pressupostos de validade foi escolhido após a simulação com 383 arranjos de regressão. Ele

está ancorado nas seguintes variáveis: GF_desaud/hab, GF_deduc/hab, GF_gpes, GF_liq, GF_endiv e GF_invest, ou seja, 6 das 9 variáveis preditoras desta pesquisa atenderam as suposições do modelo e as demais (GF_sufin, GF_defisc e GF_esfort), por não conter as medidas de qualidades exigidas, não estão contempladas na regressão linear múltipla para explicação da variabilidade da variável resposta (IFDM Geral).

Na tabela a seguir são apresentados o sumário do modelo, no qual é dado o coeficiente de determinação (R^2 ; “R squared”), coeficiente de determinação ajustado (R^2 a; “Adjusted R-squared”), o VIF (*variance inflation factor*), *outliers*, normalidade dos resíduos, distância de Cook, “n” (quantidade de municípios com dados completos e que compuseram o modelo) e o p-valor para avaliar a significância geral do modelo, que nesta pesquisa adotou-se p-valor < 0,05.

² Equação do modelo: IFDM Geral = 0,59 + 0,10*log(GF_dsaud/hab) – 0,07*log(GF_deduc/hab) –

0,26*GF_gpes + 0,009*GF_liq – 0,03*GF_endiv + 0,10*GF_invest.

Tabela 7. Pressupostos do modelo de regressão selecionado

n	Normalidade	Outliers	Maior VIF	VIF médio	COO		R ² Ajustado	p-valor
					K	R ²		
1403	0,075	6 (0,4%)	1,442	1,19	0	0,3102	0,3072	<0,001

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados do modelo de regressão múltipla apresentam-se na Tabela 8 abaixo:

Tabela 8. Estatísticas do modelo de regressão para o IFDM Geral

Preditores	B	Erro Padrão	β	t
<i>(Intercept)</i>	0,586	0,049	0,000	11,926
<i>log(GF_dsaud/hab)</i>	0,104	0,006	0,463	17,352
<i>log(GF_deduc/hab)</i>	-0,067	0,007	-0,239	-9,494
<i>GF_gpes</i>	-0,255	0,033	-0,190	-7,737
<i>GF_liq</i>	0,009	0,002	0,108	4,767
<i>GF_endiv</i>	-0,033	0,008	-0,100	-4,153
<i>GF_invest</i>	0,010	0,043	0,051	2,298

Fonte: Elaboração própria.

Destarte, por meio dos resultados acima evidenciados assume-se que as variáveis independentes do ajuste se associam com IFDM Geral e que o modelo como um todo apresenta-se estatisticamente significativo. O R^2 ajustado do modelo foi de 0,3072. Isso significa que 30,72% da variação do IFDM Geral pode ser explicada pelas variáveis preditoras.

Observa-se que no conjunto as variáveis explicativas do modelo explicaram em 30,72% o desenvolvimento socioeconômico local (IFDM Geral) com o atendimento dos pressupostos de qualidade do ajuste. Essa variância explicada de magnitude moderada evidencia que a gestão fiscal municipal explica (associa-se) em parte o desenvolvimento local, ou seja, conforme supramencionado o bem-estar social e econômico é também determinado por variáveis, inclusive qualitativas, que vão além de indicadores fiscais.

Por fim, ressalta-se também que os testes estatísticos empregados não permitem inferir se existe ou não relação de causa e efeito; logo o resultado como um todo deve ser analisado com as devidas ressalvas.

4.1 Discussão

Inicialmente, por meio da análise descritiva na variável dependente (IFDM e suas dimensões), percebeu-se que a média dos municípios brasileiros para o IFDM Geral foi de 0,67 (desenvolvimento moderado), para o IFDM-Emprego & Renda foi de 0,47 (desenvolvimento regular) e para o IFDM-Educação e IFDM-Saúde as médias situam-se no patamar de desenvolvimento moderado (0,77; para ambas). Restou evidente que o IFDM foi influenciado para baixo pelo resultado do IFDM-Emprego & Renda.

Outro achado na estatística descritiva é que as piores médias do IFDM foram encontradas na porção regional Norte-Nordeste. Enquanto que o Sudeste e o Sul têm respectivamente entre 13% e 15% dos seus municípios no patamar alto de

desenvolvimento (IFDM > 0,8); o Norte e Nordeste têm apenas 0,22% das suas cidades nessa classificação. O Centro-Oeste apresentou resultados intermediários, porém mais próximos das regiões Sul e Sudeste.

Pelo prisma das variáveis independentes a estatística descritiva trouxe as seguintes médias nacionais em cada indicador fiscal: suficiência financeira (0,91), liquidez (0,77), gasto com pessoal (0,52), investimento (0,07), endividamento (0,10), dependência fiscal (0,85), esforço tributário próprio (0,07), gasto per capita com educação (R\$ 868,98) e gasto per capita com saúde (R\$ 695,20).

Por conseguinte, no tocante à gestão do caixa do tesouro municipal e sua estrutura, as variáveis suficiência financeira (GF_sufin) e liquidez (GF_liq) indicaram que em média os municípios brasileiros estão bem posicionados, de modo que a receita corrente líquida cobre os restos a pagar e em média a recursos financeiros para bancar a estrutura administrativa do governo municipal.

Quanto às médias do gasto com pessoal - GF_gpes (52%) os resultados indicaram uma situação preocupante, uma vez que a tendência central nacional se coloca acima dos limites de alerta (48,74%) e prudencial (51,30%) da LRF e não muito distante do limite máximo da mesma que é de 54%.

De forma que os dados do gasto com a folha de pagamento do poder executivo municipal a nível Brasil reforçam o referencial teórico em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal que, sem prejuízo da sua contribuição para uma maior consciência fiscal dos entes subnacionais, não tem sido efetiva nesse prisma dos gastos, pelo contrário, a pesquisa de Fioravante, Pinheiro e Vieira (2006) indica que ao fixar limites acima da média dos entes locais à época de sua promulgação a LRF colateralmente incentivou a elevação da régua nessa rubrica de despesa.

Ao aprofundar a análise da variável GF_gpes, em um enfoque regional, os dados evidenciaram que apesar de todas as regiões apresentarem médias acima do limite de

alerta a situação mais grave reside na porção Norte-Nordeste, onde ambas regiões tiveram médias aproximadas de 55%; ou seja, acima do limite legal. Desta forma, a rigidez orçamentária fica mais acentuada e pode influenciar negativamente o investimento - GF_invest (Matias & Campello, 2000).

Os resultados descritivos do investimento indicaram uma média nacional na ordem de 7% (0,07) sobre a RCL, ou seja, de R\$ 100,00 de receita corrente líquida apenas R\$ 7,00 é empregado na melhoria da infraestrutura e qualidade de vida da população, ao passo que o gasto com o funcionalismo, nessa mesma linha de comparação, atinge R\$ 52,00 em média. Assim, observa-se que em termos de grandezas o investimento e o gasto com pessoal situam-se nos extremos (um representa a minoria e o outro a maioria, respectivamente).

Desta forma, observa-se o quanto o orçamento público dos municípios brasileiros está inclinado às despesas rígidas e com pouco espaço para investimento no incremento do bem-estar dos cidadãos e assim elevando o risco de desvirtuar a principal função do Estado na busca por uma sociedade que tenha suas necessidades básicas atendidas pelo poder público (Birdeman & Avarte, 2004).

Além do mais, observa-se uma disparidade entre os indicadores dos gastos sociais e do desenvolvimento social, especialmente na educação e saúde. O Nordeste, por exemplo, tem o maior gasto per capita em educação e um dos piores índices no IFDM Educação, ou seja, os dados reforçam a literatura sobre a efetividade dessas despesas sociais, uma vez que segundo Faria, Jannuzzi e Silva (2008, p. 169) “é possível que um município gaste muito e, ao mesmo tempo, gaste mal os seus recursos, enquanto outro gasta pouco, porém, investe bem usando-os com eficiência”.

Desta forma, a relação entre investimento em políticas sociais e desenvolvimento humano nem sempre se

concretiza, conforme corrobora a pesquisa de Rezende, Slomski e Corrar (2005).

Na correlação entre as variáveis independentes e o IFDM, conforme descrito na Tabela 8, as de gestão fiscal com maior magnitude no coeficiente de correlação foram as de dependência fiscal ($\rho=-0,6$) e esforço tributário próprio (0,6), seguidas do gasto com saúde ($\rho=0,48$), gasto com pessoal ($\rho=-0,37$), suficiência financeira ($\rho=0,25$), endividamento ($\rho=-0,19$), investimento ($\rho=0,08$), liquidez ($\rho=0,05$) e, por fim, gastos com educação ($\rho=-0,04$).

Quanto à autonomia municipal, representada nesta pesquisa pelas variáveis GF_defisc (dependência fiscal) e GF_esfort (esforço tributário próprio), os resultados da análise bivariada (correlação de spearman) corrobora os achados da pesquisa de Leite Filho e Fialho (2015), no sentido de que quanto mais receita tributária própria o ente local auferiu; maior foi o índice de desenvolvimento socioeconômico municipal.

No tocante ao gasto com pessoal (GF_gpes) o coeficiente de correlação de Pearson neste estudo corrobora a literatura sobre o tema, principalmente no que diz respeito à relação negativa que as despesas rígidas como a da folha de pagamento do poder público têm com o espaço orçamentário para fazer investimentos e assim melhorar o bem-estar da população (Leite Filho & Fialho, 2015; Fioravante, Pinheiro & Vieira, 2006; Matias & Campello, 2000).

Por fim, a regressão múltipla apontou que 30,72% do IFDM Geral pode ser explicada pelas variáveis independentes; sem que isso configure relação de causa e efeito. Esse resultado assemelha-se com o do estudo de Leite Filho e Fialho (2015) que encontraram um percentual de 33,75% na aplicação de análise estatística multivariada.

Destarte, ainda que os resultados apresentaram algum nível de relação entre as variáveis preditoras e independente fica evidente que o desenvolvimento socioeconômico é influenciado por um

conjunto de variáveis mais amplo do que a gestão fiscal; em linha com as pesquisas de Amurim (2013), Cajazeira e Jorge (2015), Louzano et al. (2019), Passos et al. (2018), Silva e Crisóstomo (2019) e Souza et al. (2013).

5. Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi investigar a associação do desenvolvimento socioeconômico local em relação à gestão fiscal municipal e trouxe como problemática a aferição do grau de associação, acaso existente, entre o bem-estar social e a administração dos recursos públicos dos municípios brasileiros. Para tanto, desafiou-se a hipótese de que o IFDM se associava em algum nível com as variáveis fiscais dos entes municipais.

Inicialmente, fez-se uma análise descritiva dos dados em que trouxe como achado relevante a questão das desigualdades regionais e a discrepância existente entre as médias de gastos sociais (educação e saúde) na comparação com o nível de qualidade desses serviços públicos. Ainda que as regiões Norte e Nordeste aplicam os maiores percentuais, não houve reflexo no IFDM na mesma proporção das despesas nessas áreas, ou seja, os preços desses serviços públicos nessas regiões foram altos e a qualidade inversamente proporcional, especialmente em relação à educação.

Outrossim, as medidas descritivas por meio das variáveis GF_defisc e GF_esfort evidenciaram o quanto os municípios são dependentes das receitas de outros entes governamentais, principalmente os das regiões Norte e Nordeste. Já a média da variável GF_gpes (52%) constata o quão elevado é o comprometimento do orçamento dos governos locais em relação à despesa de pessoal e, por consequência, reflete a baixa média dos investimentos (7%).

Quanto à análise bivariada, por meio da correlação de Pearson, destaca-se que as variáveis de magnitudes fortes foram as representativas da autonomia municipal:

GF_defisc (-0,6) e GF_esfort (0,6). Enquanto aquela trouxe sinal negativo, esta apresentou relação positiva; corroborando a literatura sobre o tema. De forma que os resultados indicam que municípios com maior dependência auferem menor desenvolvimento (Antinarelli, 2012; Leite Filho & Fialho, 2015).

A terceira etapa da análise referiu-se à testagem em modelo de regressão múltipla que trouxe apenas as variáveis que atendeu a todas as suposições do modelo: GF_dsaud/hab (0,463), GF_deduc/hab (-0,239), GF_gpes (-0,190), GF_liq (0,108), GF_endiv (-0,100) e GF_invest (0,051). De forma que das seis variáveis do modelo, três foram identificadas com sinal positivo para o IFDM, a saber: GF_dsaud/hab, GF_liq e GF_invest; e três com sinal negativo, a saber: GF_dedu/hab, GF_gpes e GF_endiv.

O coeficiente de determinação ajustado ($R^2 = 0,3072$) da regressão múltipla sugere um modelo de explicação do IFDM de magnitude moderada e com significância estatística, além de que as correlações de Spearman apresentaram significativas para todas as variáveis independentes. Logo, esta pesquisa confirma a hipótese de que em algum nível a gestão fiscal associa-se com o desenvolvimento socioeconômico local; sem nenhuma inferência de causalidade.

Quanto às limitações deste estudo encontram-se aqueles referentes aos *missing values*, uma vez que somente 25% (1.403) dos 5.569 municípios estudados apresentaram dados completos em todas as variáveis e com isso algumas regiões do país ficaram sub ou super-representadas, de modo que não se admite a extrapolação dos resultados da pesquisa para além da sua amostra.

Sugere-se para próximos estudos o uso de modelos estatísticos com variáveis para além da gestão fiscal, como aquelas relacionadas à política, crescimento econômico, ambiente de negócios, regulação estatal, governança, entre outros fatores que podem se associar ao desenvolvimento local.

Outra sugestão é o uso de variáveis de controle relacionadas ao PIB *per capita*, região geográfica e porte populacional do município.

Portanto, é sob esta ótica que esta pesquisa por meio do referencial teórico e dos seus resultados entende que a gestão fiscal, eficiente e efetiva, pode contribuir com o progresso social e econômico dos cidadãos e do país como um todo, ou seja, embora os resultados desta pesquisa em conjunto com parte da literatura terem evidenciado uma associação dos construtos em tela; a gestão fiscal, sozinha, não garante pleno desenvolvimento socioeconômico. Nesta esteira, é mister que as lideranças políticas avancem para mecanismos que vão além da responsabilidade fiscal e assim adentrem no território da efetividade dos gastos com reflexos positivos no bem-estar social.

Referências

- Abreu, W. M., Gomes, R. C., Ribeiro, D. C., Matias-Pereira, J., & de Souza, F. J. B. (2019). Participação política e gestão fiscal explicam desenvolvimento social nos municípios brasileiros?. *Revista do Serviço Público*, 70(1), 83-102.
- Amurim, E. P. D. S. D. (2013). Efeitos dos gastos orçamentários municipais sobre o índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM): análise em municípios do estado de Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo.
- Antinarelli, M. E. P. B. (2012). Federalismo, autonomia municipal e a constitucionalização simbólica: uma análise da dependência financeira dos pequenos municípios mineiros. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, (61), 445-472.
- Barreto, R. S., Vaz, A. C. N., & de Martino Jannuzzi, P. (2020). Capacidade de Gestão de Políticas Sociais: metodologia de construção e validação de tipologia para análise da oferta dos Serviços Socioassistenciais. *Revista Brasileira de Avaliação*, 3, 136-151.
- Biderman, C., & Arvate, P. R. (Eds.). (2005). *Economia do setor público no Brasil* (Vol. 1, pp. 462-492). São Paulo: Elsevier.
- Caetano, F. A. D. O., Araújo, J. A. D., & Khan, A. S. (2019). Fatores condicionantes do desenvolvimento socioeconômico na América Latina: uma análise sob a perspectiva do PIB e dos indicadores globais de governança. *Interações* (Campo Grande), 20, 95-109.
- Cajazeira, A. P. G. B. & Jorge, M. A. (2015). Responsabilidade fiscal e desenvolvimento municipal: uma análise dos municípios sergipanos no período 2007/2010. *Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, 26(1 (47)).
- Cruz, C. F. D., & Afonso, L. E. (2018). Gestão fiscal e pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal: evidências em grandes municípios. *Revista de Administração Pública*, 52, 126-148.
- Faria, F. P., Jannuzzi, P. D. M., & Silva, S. J. D. (2008). Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. *Revista de administração pública*, 42, 155-177.
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Firjan. IFGF (2017): recorte municipal (ano base 2016). Rio de Janeiro, 2017b. Recuperado de https://www.firjan.com.br/data/files/4A/Bo/A3/B1/C4CCD51063C6AAD5A8A809C2/IFGF%202017%20-%20An_lise%20Especial%20-%20Vers_o%20Completa.pdf.
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Firjan. IFDM (2018): Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (ano base 2016). Recuperado de <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>.
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - Firjan. IFGF (2019): Índice Firjan de

Gestão Fiscal (ano base 2018). Recuperado de <https://www.firjan.com.br/ifgf/metodologia/>.

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). IFGF (2017). Anexo metodológico do Índice Firjan de Gestão Fiscal (ano base 2016). Rio de Janeiro, 2017a. Recuperado de <https://www.firjan.com.br/data/files/8A/74/92/F4/352ED5100387AAD5F8A809C2/Anexo-Metodologico-IFGF-2017.pdf>.

Fioravante, D. G., Pinheiro, M. M. S., & Vieira, R. D. S. (2006). Lei de responsabilidade fiscal e finanças públicas municipais: impactos sobre despesas com pessoal e endividamento.

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). Análise multivariada de dados. Bookman editora.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística - IBGE. Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação. Diário Oficial da União: 13 set. 2016. Recuperado de https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf.

Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal: Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2000. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm.

Leite Filho, G. A., & Fialho, T. M. M. (2015). Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 20(67).

Louzano, J. P. D. O., Abrantes, L. A., Ferreira, M. A. M., & Zuccolotto, R. (2019). Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos

municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53, 610-627.

Martins, H. F., & Marini, C. (2014). Governança pública contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. *Revista do TCU*, (130), 42-53.

Matias, A. B., & Campello, C. A. (2000). Administração financeira municipal. In *Administração financeira municipal* (pp. 413-413).

Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. *Rev. FAE*, v.5, n.2, 37-48.

Passos, I. C., Gonçalves, R. M., Ribeiro, F. A., & Mori, J. S. (2018). A Relação entre o Desempenho na Gestão Fiscal e o Desenvolvimento Socioeconômico nos Municípios do Rio De Janeiro de 2006 A 2013. In *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*.

Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017. Dispõe sobre os indicadores econômico-financeiros utilizados na classificação da capacidade de pagamento dos entes federativos. Brasília: Diário Oficial da União, 2017. Recuperado de https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/19414630/doi-2017-11-24-portaria-n-501-de-23-de-novembro-de-2017-19414502.

Público, D. F. (2010). O equilíbrio das finanças públicas e a Lei de Responsabilidade Fiscal. *Revista Técnica dos Tribunais de Contas-RTTC*, 8, 151.

Ranis, G., & Stewart, F. (2005). Dynamic links between the economy and human development. In: DESA - *Department of Economic and Social Affairs*, Working Paper no 8, New York: United Nations.

Rezende, A. J., Slomski, V., & Corrar, L. J. (2005). A gestão pública municipal e a

eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. *Revista Universo Contábil*, 1(1), 24-40.

Sen, A. *Development as freedom* (2001). Oxford: Oxford University Press.

Silva, C. R. M. D., & Crisóstomo, V. L. (2019). Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. *Revista de Administração Pública*, 53, 791-801.

Sousa, P. F. B., Lima, A. O., do Nascimento, C. P. S., Peter, M. D. G. A., Machado, M. V. V., & de Oliveira Gomes, A. (2013). Desenvolvimento municipal e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal: uma análise dos municípios brasileiros utilizando dados em painel. *Revista evidenciação contábil & finanças*, 1(1), 58-70.

Sousa, R. G. D. (2014). *Gastos públicos e desenvolvimento humano nos estados do Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - UNB-UFPB-UFRN, João Pessoa.